

Dossiê Temático

Retomadas e re-existências indígenas, negras e quilombolas

Sonia Regina Lourenço (org.)¹
Universidade Federal de Mato Grosso

Cauê Fraga Machado (org.)²
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sandro José da Silva (org.)³
Universidade Federal do Espírito Santo

¹ É formada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (1999), tem mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná (2001) e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Fez pós-doutorado no Programa de Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2019-2020). É professora associada II no Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Mato Grosso, docente do PPGAS/UFMT e do curso de Ciências Sociais da UFMT. É coordenadora do grupo de pesquisa Miçangas - Estudos de arte e Antropologia e pesquisadora do Núcleo de Antropologia e Saberes Plurais, UFMT. É supervisora do Museu de Etnologia e Arqueologia (MUSEAR) da Universidade Federal de Mato Grosso.

² Doutor (2018) e mestre (2013) em Antropologia Social pelo PPGAS Museu Nacional/UFRJ. Possui graduação em Ciências Sociais - Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Realiza, atualmente, estágio de Pós-Doutorado no PPGAS/UFRGS, estando vinculado como pesquisador ao NUPACS (Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde).

³ Doutor em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense, mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professor Adjunto na Universidade Federal do Espírito Santo na Graduação em Ciências Sociais e nos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais e Direito. Membro do Comitê de Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia.

Apresentação ao dossiê

Nos últimos anos os organizadores do presente dossiê perceberam algumas tensões nos grupos de trabalho da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e na Associação Nacional de Pós-graduação (ANPOCS). Essa tensão tem a ver com as formas com que os sujeitos das pesquisas eram apresentados nas etnografias e que conduziam, não raro, a uma tautologia burocrática que afirma a existência e os modos de ser dos coletivos a partir de critérios elegidos em sistemas de prova: os coletivos existem porque reivindicam os critérios predefinidos em políticas públicas, dispositivos de controle, categorias estatais de identificação, protocolos jurídicos, dentre outros; tais critérios se constituem em condição de possibilidade da existência de tais coletivos e mobilizam o aparato da burocracia para fazer ver e defender tais realidades no quadro da defesa desses direitos. Os temas e abordagens aqui publicados problematizam essa relação, não por negar sua pertinência como agenciamento político dos sujeitos, mas porque elidem um conjunto de outras produções sociais que terminam muitas vezes por hierarquizar os saberes nesses coletivos com base em um saber predefinido pelos instrumentos de conhecimento oficiais e, o que aqui nos ocupa, o deslizamento dos instrumentos de conhecimento da antropologia.

O grande número de inscritos e as intensas discussões que se prolongam pelos dias dos eventos nos suscitou a publicar algumas das propostas mais consolidadas desses debates. Os editores da revista *Aceno* aceitaram publicar o presente dossiê a quem agradecemos a oportunidade.

O presente número temático da *Revista Aceno* tem como objeto discutir as territorialidades e os processos de identificação dos Povos Originários e Povos e Comunidades Tradicionais. Busca para isso chamar a atenção para perspectivas adicionais às análises já consolidadas na antropologia brasileira que se dedicaram às abordagens das tradições, da etnogênese e das situações de fronteiras étnicas. Mais afeitos às mediações com o Estado-nação, que privilegiaram as relações políticas e agentes e agência da burocracia, tais perspectivas se constituíram na contraluz de conceitos e ferramentas oriundas de um saber e fazer de agentes públicos, deixando pouco espaço para que outros saberes fossem considerados como relevantes e constituíssem a própria finalidade das políticas públicas. Categorias como comunidade, identidade, fronteira étnica, etnicidade etc., se constituíram em saberes das agencias tutelares ao ponto de deslizarem dos usos de um instrumento analítico de uso acadêmico para um item a ser preenchido nos questionários estatais para aferir a pertinência sobre a reivindicação de direitos.

Esse modo de fazer antropologia no Brasil pouco foi criticado em suas bases de agenciamento político, dado o enredamento dos(as) antropólogos(as) e suas instituições nas teias conceituais como seu engajamento no campo tutelar do Estado-Nação, seus programas de disciplina, seus grupos de trabalho, seus projetos de pesquisa ou a hegemônica divisão do mundo entre ontológicos e contatualistas que estranhamente projetou suas dicotomias sobre o fazer antropológico.

Mal a expansão do campo profissional de intervenção se consolidou e já se encontra em uma crise de paternidade pois ainda traz consigo os limites sobre o que é um saber acadêmico e o que é agenda estatal, mostrando sua inconformidade com a presença de agentes não acadêmicos disputando espaço e autonomia. Tais realidades se tornam mais complexas e desafiadoras se considerarmos que os próprios sujeitos das pesquisas antropológicas estão avançando não apenas sobre os campos de conhecimento da antropologia, mas consolidando sua participação, já de décadas, na máquina estatal. A pergunta do presente dossiê é como descrever tais realidades que, não desconsiderando as relações políticas daí advindas, não perca a própria conceituação e agenciamento das relações que configuram suas inovações que lhe serve de crítica.

Dentro ou fora do Estado, as abordagens antropológicas têm ajudado a instrumentalizar o processo histórico de captura das realidades dos povos indígenas e coletivos negros, devolvendo como resultado o enredamento nas malhas institucionais. Aqui o que se caracteriza muitas vezes como descrição está relacionado ao longo processo de consolidação da atuação estatal nos domínios do biopoder que ajudou a decretar o fim dos povos indígenas nos anos 1970, ensaiou o Etnodesenvolvimento como resposta à assimilação e passou agora à defesa da participação como saída política. A autonomia e a autodeterminação continuam vicinais nesse campo híbrido de intervenção acadêmica e estatal especialmente diante da metamorfose e eliminação sistemática dos dispositivos e instituições de defesa de direitos. Trata-se de um debate antigo que remonta a própria consolidação da antropologia no Brasil e a maneira mediante a qual impôs aos demais campos de saber as suas análises e instrumentos de intervenção social.

Essa abordagem estaria incompleta se não levássemos em consideração os esforços de captura desenvolvidos pelos Povos Originários e Povos e Comunidades Tradicionais no seu amplo leque de possibilidades. Um movimento de coletivos indígenas e negros, por exemplo, tem renovado tais abordagens mediante a crítica sistemática aos padrões eurocentrados, brancos e coloniais que produziram a invisibilização sistemática do que esses consideram relevantes como seus critérios de pertencimento borrando, dessa maneira, as classificações estanques nas quais o estado enquadra suas realidades vividas. Dentre essas, as categorias como as de “retomada” e “resistência” – não apenas como reagente, mas como existir – territorial e existencial -, são fundamentais quando tomadas como conceitos que descrevem diferentes vínculos entre actantes dos mais diversos modos de existência aumentando o leque de possibilidades de engajamento ao passo que forçam os limites estatais.

A presente proposta privilegiou a publicação de etnografias e reflexões teóricas acerca desse novo cenário no qual entes produzem reflexões cosmopolíticas e modos de agir com (ou contra) o Estado-Nação de modos antes insuspeitos. As contribuições contemplam a diversidade regional, étnico-racial e de gênero, bem como contribuições dos Povos Originários e Povos e Comunidades Tradicionais. Trata-se de consolidar olhares não exclusivamente pela via da memória ou da prova, como um fim em si mesmas, mas pela cosmologia e relacionalidade estendidas a todos os existentes, recupera-se algo dado como perdido, inexistente.

Pretende-se sublinhar identificações e territorialidades que encontram novas maneiras de se expressar, retomando terras, práticas, contato com seres, objetos, linguagens sem que essas nunca tenham sido perdidas de fato.

Os artigos aqui reunidos buscam fornecer um panorama das lutas e modos de resistir de coletivos individualizados e indivíduos coletivizados, buscando posições críticas tanto do ponto de vista das políticas públicas quanto das formas de agenciamento das identidades sociais. Esse é o caso de artigos que buscam nas categorias formuladas e defendidas pelos seus agentes o ponto de apoio ao diálogo e resistência com as agências do Estado e outros mediadores. Outros trabalhos se voltam para os modos de existir coletivos fora dos parâmetros clássicos da colonialidade estatal, o que confere um aspecto crítico à perspectivas para os sujeitos coletivizados em identidades totalizadoras e ao mesmo tempo lança desafios para a descrição dos trânsitos entre a perspectiva mais atomista do indivíduo e das identificações coletivas com as quais seus agentes tem que negociar a todo instante. Um conjunto de outros trabalhos descrevem como o agenciamento dos coletivos é heterogêneo ao ponto de deslizar por repertórios materiais e espirituais, fazendo com que a ritualização de determinadas práticas carregue consigo formas de construção de perspectivas de direito, de maneira que o que seria visto mormente como documento da burocracia, folclore ou transe religioso se configure numa perspectiva onde os agentes se projetam no espaço público das mediações e consigam produzir sua participação.

Incluiu-se uma seção de resenha crítica e um ensaio fotográfico (publicados nas sessões correspondentes). Esperamos que os leitores possam inspirar-se no presente dossiê para novos trabalhos, críticas e ampliação da presente proposta.